



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

OS MODOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS BRASILEIROS NO DISCURSO DE POSSE DE GETÚLIO VARGAS DE 1930: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA

Renata Ortiz Brandão¹

Resumo: O presente artigo apresenta uma análise semântica da enunciação de Getúlio Vargas enquanto locutor-presidente em seu discurso de posse de 1930. O intuito é investigar e analisar o conjunto de palavras que nomeiam os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado no momento de instauração do Governo Provisório, resultado de um movimento revolucionário que depôs o governo anterior. Esta análise nos levará a compreender os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação presidencial de Getúlio Vargas. O estudo está ancorado na Semântica do Acontecimento, tal como proposta por Eduardo Guimarães (2002).

Palavras-chave: Semântica; enunciações presidenciais; Era Vargas.

Abstract: This article presents a semantic analysis of the president Getúlio Vargas' enunciation on his inaugural speech in 1930. The aim is to observe and analyse the group of words that designate the Brazilian citizens regarding their relation to the State at the moment of the Interim Government establishment, a result of a revolutionary movement that deposed the former government. The analysis of Getúlio Vargas' presidential enunciation will allow us to comprehend the ways of Brazilian citizens are identified by the State as well as the ways of establishing the relation between Government and Nation. This study is based on the Semantics of the Event, developed by Eduardo Guimarães (2002).

Keywords: Semantics; presidential enunciations; Vargas government.

Introdução: objetivos e *corpus* de análise

O presente artigo é parte do meu trabalho de dissertação e tem por objetivo analisar, na enunciação presidencial de Getúlio Vargas, o conjunto de palavras que nomeiam, designam e identificam os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado². Interessa-nos, desse modo,

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Linguística (PPGL) do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP e bolsista do CNPq. E-mail: renata.o.brandao@gmail.com

² Trabalho sob a orientação da Professora Dra. Sheila Elias de Oliveira (DL/IEL/UNICAMP).



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

compreender como essas palavras significam os sujeitos na sua relação com a própria construção da república brasileira, entendendo que a república se constrói também pelas palavras que a compõem e pelo modo como elas se estabilizam por meio da enunciação.

Segundo o historiador Boris Fausto (2006), que conduziu uma investigação minuciosa sobre Getúlio Vargas e seus diferentes períodos de governo, em torno da personalidade de Vargas e de sua atuação política, ergueram-se, simultaneamente, um culto e um repúdio. O primeiro, em razão de sua imagem como aquele que estava à frente das mudanças econômicas e sociais, voltadas para um modo de governar nacionalista; e também por ser o primeiro estadista a implantar uma legislação trabalhista, defendendo assim os direitos dos trabalhadores, e a agir em favor das classes pobres do país. O último, em razão de seus traços, enquanto figura pública, de autoritarismo, cuja forma plena se deu durante o Estado Novo, com o cerceamento da liberdade de expressão e a promoção da censura, e de assistencialismo populista aos trabalhadores. Ainda segundo o historiador, “entre a grande massa, tudo indica que a memória de Getúlio (...) se preservou associada à figura do líder que protegeu os humildes e doou a legislação trabalhista” (FAUSTO, 2006, p.202).

Em meio a essas contradições que constituem o nosso regime Republicano como um todo, e o governo de Getúlio Vargas como parte dessa história, colocamos, pois, uma questão semântica específica sobre a relação entre as palavras e o que elas referem.

O modo como os nomes significam se inscreve no processo histórico de construção do referente, processo este determinado por relações sociais. Nesse sentido, é papel do linguista ler o acontecimento, uma vez que é a linguagem “que nos permite significar o vivido, dotar de sentidos a espacialidade e a temporalidade, (...) conferindo-lhes possibilidades de múltiplas leituras” (ZANDWAIS, 2012, p.49). Assim, o “próprio acontecimento se discursiviza e projeta novas formas de” significação para a relação entre os sujeitos e o Estado (ibidem, p.54). Também segundo Elias de Oliveira (2006), é decisivo compreender o funcionamento da língua como equívoco, o sentido como afetado pela possibilidade de sempre tornar-se outro e, deste modo, a polissemia como constitutiva da linguagem.

O intuito deste artigo é, portanto, analisar, na enunciação de Vargas, como são nomeados os sujeitos brasileiros, bem como que palavras designam a coletividade em seu discurso de posse de 1930, que instaura o Governo Provisório, resultado de um movimento



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

revolucionário que depôs o presidente anterior, Washington Luís, e que teve por líder Getúlio Vargas.³ Isto nos levará a compreender, esperamos, os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação presidencial de Getúlio Vargas.

Fundamentação Teórica & Procedimentos Metodológicos

Este trabalho está ancorado na Semântica do Acontecimento. Inscrita em uma posição materialista sobre a linguagem, esta teoria não toma a linguagem como transparente, pois entende que as relações estabelecidas com o real, o que está para ser significado pela linguagem, são sempre históricas. Trata-se de uma semântica que “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p.7). O acontecimento, por sua vez, não tem existência prévia; ao contrário, é construído pela ordem da linguagem e do real. Ele constitui sua própria temporalidade. Entende-se, a partir disso, que uma palavra, enquanto forma da língua, significa na relação entre uma memória de enunciações passadas e o presente do acontecimento, produzindo uma latência de futuro. O acontecimento produz a cada vez uma nova temporalidade:

um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, essa latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (GUIMARÃES, 2002, p.12).

É neste jogo entre presente, passado e futuro que se configura a designação de uma palavra no acontecimento enunciativo. A *designação* é entendida como a “significação de um nome”, enquanto uma relação linguística tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p.9). Segundo Guimarães (2002, p. 10), “(...) a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los”. A operação de referência produz uma

³ Fonte do *corpus*: BIBLIOTECA da Presidência da República: banco de dados. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>>. Acesso em 13 mai. 2014.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

identificação do objeto de discurso no real das coisas e/ou das ideias, pela relação entre a palavra e as predicções e determinações que recebe no enunciado em que se inscreve, como parte de um texto.

É preciso, então, observar as operações de textualidade em torno da palavra, e as cenas enunciativas configuradas a partir destas operações. Uma *cena enunciativa* “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002, p.23). Desse modo, é a cena enunciativa que distribui os lugares de enunciação no acontecimento, configurando assim o agenciamento das figuras da enunciação. As figuras da enunciação são o Locutor (L), o locutor-x (l-x) e os enunciadores (Es).

Segundo Guimarães (2002, p.24), “para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar”, ou seja, é necessário estar predicado por um lugar social - e é somente a partir dele que o Locutor (L) pode dizer. A este lugar social do locutor Guimarães chama de *locutor-x*, “onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc)” (ibidem, p.24). Desse modo, para dizer, o Locutor (L) se divide entre L e l-x, o que configura um litígio interno à enunciação, que é próprio do agenciamento e da cena enunciativa. O Locutor (L) é, portanto, dispar a si, não havendo enunciação sem essa disparidade.

Os enunciadores são *lugares de dizer* que se apresentam como representações - independentes ou fora da história – “da inexistência dos lugares sociais de locutor” (GUIMARÃES, 2002, p.26), colocando, no dizer do Locutor, outras vozes. Guimarães (2002) apresenta os tipos de enunciadores: o enunciador-individual, que retira seu dizer da circunstancialidade e se apresenta como independente da história, produzindo assim um efeito de origem; o enunciador-genérico, em que há simulação da origem de um dizer que é dito por um todos diluído, independente da história, ou seja, um enunciador que se mostra como “um indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos” (ibidem, p.25), apresentando-se assim como o apagamento do lugar social; o enunciador-coletivo, que traz, em perspectiva, um dizer que é compartilhado por um grupo, caracterizando-se assim como o lugar de dizer em que a voz de todos é uma única voz; o enunciador-universal, que se apresenta como quem diz algo verdadeiro diante dos fatos, ocupando um lugar de universalidade em que se fala sobre o



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

mundo, um lugar do dizer que está acima da história.

Pelos movimentos textuais de *reescritura(ção)* (retomada) e *articulação* (contiguidade), as formas linguísticas são predicadas e determinadas nos textos em que se inscrevem. A reescrituração, conforme Guimarães (2007, p. 84), “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. Reescrever é, desse modo, operar na tensão dos sentidos que significam o acontecimento enunciativo. São as reescriturações de enunciados por outros, em uma materialidade textual, “que movimentam a construção das designações” (GUIMARÃES, 2002, p.70); designação esta que é, portanto, instável. A articulação, por sua vez, para Guimarães (2007), são relações de contiguidade local que, não redizendo, afetam as expressões linguísticas no interior dos enunciados ou na relação entre eles.

Interessa-nos particularmente para este trabalho o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD), procedimento que nos será fundamental para as análises do *corpus*, uma vez que representa os sentidos das palavras em virtude da relação de uma palavra com a outra, no texto em que se insere. Importa para nós a concepção de Guimarães (2007) de que é o processo enunciativo que constrói as determinações (ou predicções) das expressões linguísticas. Tais determinações são instáveis, embora funcionem sob o efeito da estabilidade. Assim, as palavras significam pelas relações de determinação semântica entre os elementos de linguagem - relações estas que são constituídas pelo acontecimento enunciativo. As relações entre as palavras são escritas no DSD por meio de alguns sinais específicos, determinados por Guimarães (2007, p.81): “┌ ou └ ou ⊥ ou ⊥ (que significam determina); — que significa sinonímia; e um traço como _____, dividindo um domínio, significa antonímia”.

Operamos também e fundamentalmente com o *movimento do político na enunciação*, tal como definido por Guimarães (2002). O autor, inscrevendo-se em uma posição materialista nos estudos da linguagem, afirma que enunciar é uma prática política, e que o político é “o fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem” (2002, p.16). A enunciação, tomada aqui como um acontecimento, é constituída pela própria disputa dos sentidos, o que aponta para o seu caráter político. O acontecimento é, pois, político, porque os falantes são agenciados a dizer de diferentes lugares, o que modifica as relações de sentido e as nomeações, levando, inevitavelmente, a confrontos, dissensos e



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

desentendimentos. A designação, igualmente, apresenta caráter político, porquanto produz uma partilha do real que identifica os seres, os objetos, o mundo e os significa. Assim, a tomada da palavra se dá a partir de um litígio permanente, por uma disputa incessante de lugares e de sentidos. A definição de político é, portanto, relativa à enunciação:

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. (...) deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2002, p.16).

Segundo Guimarães (2002), há um esforço do poder, dos governantes, em apagar tal contradição a fim de homogeneizar o político. Nesse sentido, tal perspectiva interessa a nós neste trabalho, na medida em que procuramos compreender as divisões contraditórias presentes nos nomes que designam os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, bem como de que modo o presidente aqui analisado, Getúlio Vargas, se dirige ao todo da população, produzindo efeitos de homogeneidade e dividindo, de modo desigual e, no limite, excludente, o referente destes nomes. Ao mesmo tempo em que se produz tal exclusão, o dizer da normatividade também realiza gestos de pertencimento, de inclusão dos sujeitos à coletividade, uma vez que é preciso nomear os governados para que eles existam, para que seja possível governar.

Análise do discurso pronunciado por Getúlio Vargas por ocasião de sua posse como chefe do Governo Provisório da República: 03/11/1930

Apresentaremos, primeiramente, o modo como circulavam, na fase de deposição do Governo de Washington Luís e ascensão de Vargas, os sentidos de *povo brasileiro*, sintagma que nomeia, prioritariamente, nesta materialidade específica, os sujeitos na sua relação com o novo governo que se instaurava após o golpe de Estado dado pelo movimento revolucionário em 1930.

Neste momento da história da República, havia uma disputa pelo poder entre as principais oligarquias do Sudeste, ao mesmo tempo em que o Rio Grande do Sul começava a se destacar no cenário nacional, devido às articulações políticas com o marechal Hermes da



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso - ALED - Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Fonseca, que governou o país de 1910 a 1914. O próprio presidente Washington Luís também se aproximou do Rio Grande ao criar programas financeiros que se aproximavam dos princípios do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Ele, inclusive, nomeou Getúlio Vargas para o Ministério da Fazenda. Segundo o historiador Boris Fausto,

A aliança do café-com-leite formada por São Paulo e Minas continuava a imperar, mas tinha de levar em conta o estado sulino, fosse como adversário, fosse integrando-o na política oligárquica, sobretudo pela indicação de nomes gaúchos aos ministérios (FAUSTO, 2006, p.29-30).

Washington Luís, ao indicar um paulista - Júlio Prestes - para substituí-lo, rompeu com o revezamento presidencial da política do café-com-leite. Por isso, uma candidatura de oposição foi articulada pelo então presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que lançou um nome gaúcho: Getúlio Vargas. Formou-se assim a Aliança Liberal, que reuniu grande parte das elites políticas de Minas, do Rio Grande e da Paraíba. Apesar do êxito dos comícios da Aliança nas grandes cidades, o candidato de Washington Luís, numa eleição fraudulenta de ambos os lados, foi eleito presidente da República. Iniciou-se, a partir deste evento, uma articulação revolucionária, que ganhou maior força com o assassinato de João Pessoa (candidato da Aliança à vice-presidência). Este acontecimento foi explorado politicamente, embora não tivesse sido causado por razões políticas, o que acabou por permitir a ruptura entre Vargas e a ordem estabelecida pelo governo. Segundo Fausto (2006):

A revolução estourou em Porto Alegre e Belo Horizonte em 3 de outubro, e um pouco depois no Nordeste (...). Mas o impulso básico veio do Sul. A palavra de ordem lançada pelos políticos gaúchos - 'O Rio Grande de pé, pelo Brasil!' - era mais que uma figura de retórica. Muitas lideranças gaúchas (...) acreditavam-se superiores às do restante do país, aptas a cumprir a missão de reformar os costumes políticos e implantar no governo federal os mesmos padrões da administração rio-grandense. No plano militar, afora os combates em Belo Horizonte, que duraram cinco dias, a definição do confronto parecia concentrar-se no choque entre as forças arregimentadas em São Paulo e os contingentes gaúchos, que, após controlar o Rio Grande, deslocavam-se, sem encontrar resistência, por Santa Catarina e pelo Paraná, em direção ao Rio de Janeiro. Era um exército composto de tropas regulares e de voluntários que tinham atendido, aos milhares, ao apelo do alistamento. (...) A deposição de Washington Luís pela cúpula militar, em 24 de outubro, abriu caminho para a chegada de Getúlio à capital da República, precedido pela tropa, de chapéu gaúcho na cabeça e uniforme militar (FAUSTO, 2006, p.40-41).

Os líderes gaúchos do movimento revolucionário de 1930 propunham, portanto,



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

“regenerar o Brasil” (FAUSTO, 2006, p.13), o que se sustentava no fato de o Rio Grande do Sul ser associado a uma “gestão mais limpa da coisa pública” (idem). Havia, assim, um imaginário sobre o estado que, de algum modo, foi construindo a sua identidade e produzindo sentidos tais que passaram a circular e a significar a própria revolução de 1930 como uma proposta, ou ainda, como uma possibilidade real de limpeza e de regeneração do Governo.

Trago aqui um trecho do discurso proferido por Getúlio Vargas ao tomar posse do cargo de chefe do governo provisório da República em 3 de novembro de 1930. Vejamos:

(1) O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência, como nacionalidade. Em toda nossa história política, não ha, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do **povo brasileiro**, afinal **senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas**. No fundo e na forma, a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os **elementos civis** venceram as **classes armadas**, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. **Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo**, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para **grandes e pequenos**, aberta à colaboração de todos os seus **filhos**. (...) Por toda parte, como mais tarde na capital da República, **a alma popular** confraternizava com os **representantes das classes armadas**, em uma admirável unidade de sentimentos e aspirações. **Realizamos**, pois, um movimento eminentemente nacional. (...) Quando, nesta cidade, as **forças armadas** e o **povo** depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava virtualmente triunfante em todo o país. **A nação, em armas**, acorria de todos os pontos do território nacional. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do norte, do centro e do sul bateriam às portas da capital da República. (...) a Revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado. (VARGAS, 1930, grifos nossos).

Neste discurso de posse de Getúlio Vargas, temos um Locutor afetado pelo lugar social de chefe do governo provisório (l-x), que projeta um alocutário. É interessante observar que o al-x desta cena enunciativa específica não é uno nem homogêneo, uma vez que há dois alocutários a que o locutor se dirige: tanto a coletividade, ou seja, os brasileiros, o povo, quanto a Junta Governativa, isto é, os líderes militares que apoiaram o movimento revolucionário da Aliança Liberal e promoveram o desfecho da derrubada do governo de Washington Luís e de seu sucessor indicado (o que veremos no trecho (2) do discurso, transcrito logo abaixo).



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Notamos que, no trecho acima, *o movimento revolucionário* de 1930 significa como a própria *expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro*, sintagma que o reescreve por definição, uma vez que tal reescritura se apresenta como um modo de dizer o que efetivamente *é* o movimento revolucionário e, deste modo, por expansão, predica-o. *Revolução* também funciona como uma reescritura por substituição de *movimento revolucionário*, determinando-o como *a marcha incoercível e complexa da nacionalidade* e como *a torrente impetuosa da vontade popular*, de tal modo que o movimento revolucionário significa, no limite, como a expressão da vontade e da força popular dirigida a objetivos comuns e partilhados por todos - sem equívocos, sem divergências -, quais sejam, a derrubada do regime e a instauração de um governo regenerador, de uma *Pátria nova*. Isso parece ser dito por um enunciador universal, que apaga o lugar social do dizer do locutor, colocando em seu dizer um outro lugar, uma outra voz. Voz esta que se apresenta como inquestionável e inequívoca, sustentando uma “verdade” única em relação aos fatos, como se não houvesse disputa pelos sentidos sobre o movimento de 1930.

O próprio movimento revolucionário parece colocar sentidos para o povo brasileiro na sua relação com o novo Estado que se instaura: *povo brasileiro* significa, pois, como defensor e aliado do movimento revolucionário. Desse modo, o povo significa como parte do processo que leva Vargas ao poder. Há, nesse movimento, um gesto de pertencimento, de inclusão, que legitima o próprio governo. A força performativa do *nós*, no trecho (1), acima transcrito, como em “tivemos”, “nossa história política”, “realizamos”, por exemplo, ao produzir um gesto de inclusão, alinha o governo de Vargas e o povo como agentes da revolução, o que produz, no limite, um efeito de homogeneização da própria *vontade do povo brasileiro*. Vontade esta que traz como sentido o reconhecimento do movimento revolucionário como legítimo e o apoio ao novo governo que se instaurava naquele momento da história do Brasil.

A nomeação *movimento revolucionário* é também reescrita, ou seja, está em uma relação de determinação e sinonímia com as expressões *movimento eminentemente nacional* e *movimento regenerador*. Neste ponto, relembro a afirmação de Fausto (2006) sobre o imaginário do Rio Grande do Sul e, portanto, do movimento revolucionário, como capaz de realizar uma gestão limpa e regeneradora do/no governo brasileiro. Capaz, portanto, de construir uma *Pátria nova*, de levar o país para um *novo rumo*. Produz-se, assim, como efeito



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso - ALED - Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

de sentido, que isto (esta Pátria nova e este rumo novo) seria condizente com os anseios, os posicionamentos políticos e a vontade do *povo brasileiro*.

O movimento revolucionário tem também por predicação o sintagma: *a afirmação mais positiva da nossa existência como nacionalidade*. Tal determinação significa o movimento revolucionário por um pressuposto, ou mais especificamente, por um pré-construído, na medida em que a expressão *nossa existência como nacionalidade* parece trazer um dizer que vem de outro lugar, algo que foi dito antes, e que, portanto, vem de uma memória - mas também de um esquecimento -, irrompendo no discurso do sujeito por uma operação de encaixe sintático. Desse modo, este encaixamento sintático, não percebido assim pelo sujeito, "produz o efeito de ter sido formulado no seu discurso" (INDURSKY, 2011, p.69).

Tal expressão, *nossa existência como nacionalidade*, que funciona como pré-construído, parece ser dita por uma voz genérica na qual o locutor também está localizado. Desse modo, funciona como se fosse algo que todos dizem e que todos sabem, assim trazendo como sentido a existência de uma nação brasileira já constituída. O dizer do pressuposto vem de um passado deste acontecimento específico, de um memorável. A *nossa existência como nacionalidade* é posta como já-sabida, como evidente: existe um Brasil, existe uma nacionalidade, que é *nossa*, isto é, de um povo que se identifica como nação. No entanto, sua *afirmação mais positiva* significa como só sendo possível por meio do movimento revolucionário de 1930, que representaria, deste modo, o ápice, o apogeu desta nacionalidade. Esta nacionalidade, enquanto pré-construído, funciona aqui sob a aparência de um objeto pronto, acabado, evidente, que irrompe no enunciado e produz sentidos pelo modo com que se integra e com que se articula a ele, apresentando-se como o lugar do inquestionável no encadeamento. Tal funcionamento se dá, e aqui remeto a Pêcheux (1975), por um elemento de um "domínio de pensamento" que irrompe num elemento de outro domínio, mas mostrando-se como se "já se encontrasse aí" (p.89).

Movimento revolucionário, ao ser determinado pelos sentidos de uma nacionalidade brasileira pressuposta, determina, conseqüentemente, os sentidos de *povo brasileiro*. Por meio do movimento textual de reescrituração, *povo brasileiro* é determinado também por *senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas*, o que o significa como o



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

responsável e, de algum modo, como o líder nos rumos políticos do país, em particular na tomada do poder por um movimento revolucionário. Por outro lado, as determinações de *povo brasileiro* não o significam como um grupo homogêneo, uma vez que ele é reescrito, por expansão, pela expressão *todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo*, ou seja, estão incluídas na coletividade do povo brasileiro diversas classes sociais, faixas etárias, bem como homens e mulheres. No entanto, apesar desta heterogeneidade característica do povo brasileiro não ser silenciada, o dizer de Vargas produz, por meio das reescrituras de *povo brasileiro*, sentidos de comunhão, de união, de fraternidade e de forte identidade entre todos os setores da sociedade, o que, no limite, teria possibilitado a própria Revolução de 1930: a *alma popular*, todos os *filhos* da Pátria, mesmo em suas diferenças (vale dizer, estão incluídos os *grandes e pequenos*), são acolhidos por ela e, deste modo, estão reunidos para construí-la: ou seja, apoiam o movimento revolucionário e consideram-no, no limite, a única maneira de encontrar um *rumo novo* e regenerador para o país.

No discurso de Vargas, a relação entre civis (*alma popular, elementos civis*) e militares (*representantes das classes armadas, forças armadas*) produz um gesto de unidade: como se os sentimentos e aspirações de cada um desses grupos distintos tivessem sido compartilhadas a fim de se atingir a mesma meta, qual seja, a deposição do governo de Washington Luís em outubro de 1930. Desse modo, a diretividade do texto encaminha para os sentidos de que os civis não venceram as classes armas, nem estas impuseram àqueles um modo tal de governo. Produz-se, assim, como efeito de sentido que, em todo o território nacional, a *nação em armas* está unida com o mesmo propósito, com as mesmas aspirações, com os mesmos sentimentos, em confraternização.

Vejamos então o DSD de *povo brasileiro*:

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO | CONSTRUÇÃO DE UMA PÁTRIA NOVA

⊥

NAÇÃO EM ARMAS | **POVO BRASILEIRO** | SENHOR DE SEUS DESTINOS

⊥

TODAS AS CATEGORIAS SOCIAIS



Ao mesmo tempo, o lugar das Forças Armadas no processo de derrubada do governo é igualmente afirmado por seu caráter decisivo no desfecho do movimento revolucionário de 1930. Vejamos um outro trecho do discurso que aponta os sentidos de liderança das Forças Armadas no movimento revolucionário de 1930:

(2) Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e com os vossos valorosos auxiliares desfechastes, patrioticamente, sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça. (...) Para não defraudarmos a expectativa alentadora do **povo brasileiro**, para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada (...) Senhores da Junta Governativa, assumo, provisoriamente, o governo da República, como **delegado da revolução**, em nome do Exército, da Marinha e do **povo brasileiro**, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria. (VARGAS, 1930, grifos nossos).

Podemos observar no trecho acima que, Vargas, enquanto locutor-chefe do governo provisório/delegado da revolução, toma a Junta Governativa, formada pelos líderes militares do movimento revolucionário, como seu alocutário direto (al-x₂), ao se utilizar do vocativo *senhores da Junta Governativa*. O dizer de (L) apresenta-se por um enunciador coletivo, que traz, em perspectiva, a voz de um grupo formado tanto pelos militares que tomaram o poder e derrubaram o governo de Washington Luís, quanto pelos políticos republicanos do PRR (Partido Republicano Rio-grandense).

Observamos, no trecho (2), uma deriva dos sentidos: o *nós*, em “defraudarmos”, “nos dar”, “nos foi”, agora produz um gesto de exclusão, pois não faz aqui referência ao alinhamento entre o governo e o povo, mas sim ao alinhamento entre a liderança de Vargas e os militares. Estes últimos são designados, por uma relação de sentido no/do texto, como os líderes do desfecho do movimento revolucionário de 1930, sendo Getúlio determinado como o próprio *delegado da revolução*. Desse modo, esse outro alinhamento, produzido pelo acontecimento enunciativo, entre Governo e Forças Armadas, encaminha para os sentidos de um *povo brasileiro* que deve confiar ao novo governo e aos representantes das classes armadas a missão de construir uma Pátria Nova, dando a eles seu apoio e colaboração.

Há, assim, um deslizamento dos sentidos de *povo brasileiro*, que produz também uma contradição: de *nação em armas*, participante ativo do movimento revolucionário, em



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

sintonia, unidade e partilha de sentimentos e de objetivos entre civis e militares, para sujeitos colaborativos e confiantes das decisões do governo e das classes armadas sobre os rumos do país e sobre as formas de governabilidade que se instalariam naquele momento da História do Brasil.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, procuramos lançar luz para o fato de que as palavras que nomeiam os sujeitos brasileiros não são neutras e, desse modo, fazem parte da composição de um projeto político para o país que coloca perguntas sobre os sentidos de *República* e os modos de funcionamento do regime que aí se constituem.

Destaca-se, para nós, a importância do gesto político de referir aos governados. Ele é fundamental para o estabelecimento de um governo - isto é, dizer quem sou *eu*, quem são *os outros*, e quem *eu* governo. Neste momento de instauração do governo de Getúlio Vargas, o povo faz o "acontecimento" da revolução e depois começa a se evidenciar um gesto de exclusão do povo do lugar de deliberação sobre as formas de governabilidade, uma vez que este lugar parece estar ocupado, prioritariamente, pelas Forças Armadas. Assim, ora o cidadão significa dentro, isto é, como elemento decisivo no processo de tomada das decisões que concernem os modos de organização política; ora significa fora: como expectador, confiante e favorável às manobras e articulações dos políticos e militares. Decorre daí a importância de nos perguntarmos sempre “sobre as razões desta continuidade específica na vida brasileira” (GUIMARÃES, 2011, p.145). É a isso que nos propomos no desenvolvimento das análises para a dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOTECA da Presidência da República: banco de dados. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>>. Acesso em 13 mai. 2014.

ELIAS DE OLIVEIRA, S.E. *Cidadania*: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

FAUSTO, B. *Getúlio Vargas*: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2002.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso - ALED - Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

_____. Domínio Semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Orgs.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes Editores, 2007, p.77-96.

_____. **Análise de texto:** procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editora RG, 2011.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Orgs.). *Memória e história na/da Análise do Discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

ZANDWAIS, A. Ler o acontecimento. In: SANTOS, S.S.B dos (Org.). *Teorias e práticas de leitura: olhares e percepções*. São Paulo: Ed. Terracota, 2012, p.49-67.